



O arquitecto e o património

Os novos serviços, o ciclo de vida do edifício e a NP 4526/2014

Diana Eibner Roth | Arquitecta, Roth Projectos, Lda. | der@rothprojectos.pt

Pedro Loureiro | Arquitecto, Roth Projectos, Lda. | pedro.mac.loureiro@gmail.com

A importância crescente do arquitecto na reabilitação tornou necessária a estruturação e regulação de metodologias que até agora eram determinadas individualmente. Os arquitectos especialistas em reabilitação podem agora apoiar-se na Norma Portuguesa como ferramenta de estruturação e defesa do seu trabalho.

Metodologia

Intervir em património construído implica utilizar uma metodologia específica que difere em muitos aspectos da que usualmente se aplica à construção nova. O arquitecto, como profissional apto a coordenar um projecto deste tipo, pode e deve informar-se destas metodologias.

Paralelamente, para poder ser coordenador de um projecto de reabilitação¹, deverá ser detentor de determinadas competências-chave: o profundo conhecimento das metodologias adequadas ao desenvolvimento de intervenções e

projectos de conservação, restauro e reabilitação patrimonial; e a capacidade teórica e crítica para a análise e coordenação de projectos de intervenção em edifícios e conjuntos urbanos com valor histórico ou patrimonial.

Dominar estas competências implica que o arquitecto mantenha um certo grau de inquietação e uma pesquisa activa permanente sobre todos os aspectos deste tipo de intervenção – questões legais, boas práticas, evolução tecnológica, novos projectos e novas visões sobre a reabilitação. Um arquitecto especialista em reabilitação deverá portanto conhecer a

evolução das metodologias de intervenção no património, e o seu enquadramento na teoria e prática contemporâneas. Deverá conhecer e contactar as metodologias próprias às diversas disciplinas que actualmente fundamentam as intervenções de reabilitação e conservação em património arquitectónico – Engenharia, Arquitectura, História, Conservação e Restauro, Paisagismo, Arqueologia, Planeamento e Urbanismo e Física das Construções. Deverá interpretar os valores éticos da disciplina de reabilitação a partir de cartas e documentos doutrinários reconhecidos internacionalmente.

1 | Palacete Bensaúde.
© Patrícia Canastreiro

2 | Casa em granito em Argomil.
© Roth Projectos

3 | Edifício quinhentista em Alfama.
© Roth Projectos



Fazem parte das responsabilidades do arquitecto-coordenador de projecto de reabilitação:

- a correcta aplicação do enquadramento legal da reabilitação e conservação em edifícios antigos e áreas históricas, tendo em conta as diversas áreas de influência dos vários regulamentos;
- possuir o conhecimento que lhe permita identificar o período histórico do edifício ou conjunto a intervir, detectando o seu arquétipo estrutural, os sistemas construtivos e materiais próprios do período;
- a capacidade de identificar o valor histórico, arquitetónico, humano e económico de cada elemento do edifício e do conjunto no geral;
- a elaboração de uma estratégia faseada de intervenção, adequada ao período histórico, ao arquétipo, aos sistemas construtivos e aos materiais identificados;
- a elaboração de uma estimativa orçamental geral de uma intervenção num edifício antigo;
- a elaboração de um plano de manutenção e um guia de utilização do edifício.

O ciclo de vida de um edifício e os vários serviços prestados pelo arquitecto

A prestação de serviços do arquitecto alterou-se profundamente ao longo dos tempos, no que respeita à sua intervenção no ciclo de vida do processo da construção.

Para o arquitecto, o papel na intervenção sobre património não se limita ao projecto. Tem início muito antes, no apoio à tomada de decisões por parte do Dono de Obra (através dos serviços de consultoria e gestão de património), na produção de estudos e levantamentos complementares (valor patrimonial, estado de conservação, patologias), e prolonga-se durante todo o tempo de vida útil do edifício através da elaboração e implementação do plano de manutenção; e surge ainda no fim do ciclo de vida do edifício, quando é

necessário optar entre o desmonte e a reabilitação, na avaliação do estado, valor e aptidão da construção.

NP 4526/2014

A publicação em 2014, da Norma Portuguesa dos *Serviços prestados pelo arquitecto e pelo arquitecto paisagista*² no âmbito da construção, surge como reconhecimento dos serviços do arquitecto na melhoria do processo de intervenção e construção da paisagem, e define as fases decorrentes do processo de trabalho inerente à reabilitação do património arquitectónico – incluindo toda a metodologia associada a um projecto desta categoria e o acompanhamento do ciclo de vida do edifício.

Neste documento são discriminadas as fases de projecto e os tipos de serviços e sistematizadas as competências, obrigações e direitos aplicáveis a todos os intervenientes na construção, reabilitação e manutenção do património edificado, o que inclui autores e coordenadores de projecto, gestores, fiscais, consultores, donos de obra e utilizadores finais. A NP 4526/2014 não substitui a legislação em vigor, mas esclarece os deveres, obrigações e critérios de qualidade implícitos à prestação dos serviços.

É expectável que o arquitecto que opte por trabalhar em reabilitação tenha, em igual medida, direitos e deveres acrescidos. A Norma é o precedente de um futuro com um papel mais activo, reconhecido e regularizado para os arquitectos na reabilitação. Um futuro que garanta direitos à prática a arquitectos e outros agentes do sector, mas também acarreta novas responsabilidades e novos deveres. ■

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

NOTAS

1 Apesar de coloquialmente se falar em reabilitação no contexto de edifícios muito antigos ou com elevado valor histórico, a legislação actual considera reabilitação toda a intervenção em edifícios com mais de 30 anos.

2 “A NP 4526/2014 referente a “serviços prestados pelo arquitecto e pelo arquitecto paisagista no âmbito da construção” foi elaborada pela Comissão Técnica de Normalização CT 188 “Serviços de arquitectura e arquitectura paisagista” cujo Organismo Gestor foi a Ordem dos Arquitectos Portugueses (OA) junto do Instituto Português de Qualidade (IPQ). Desta Comissão Técnica fizeram parte, para além da OA, a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas (APAP), a Associação Portuguesa dos Projectistas e Consultores (APPC), a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (FAUL), o Colégio do Urbanismo (CEU) e o Colégio da Gestão, Direção e Fiscalização de Obras (COB), ambos da OA, e a Associação dos Empreiteiros e Construtores das Obras Públicas e Serviços (AECOPS).”

